@onecursos_oficial
www.onecursos.com.br
contato@onecursos.com.br
(61) 3224-0785 | 3223-8360 | 3032-9001

CURSO ONLINE: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS COMPLETO: PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL(PCA), ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E PESQUISA DE PREÇOS, COM FERRAMENTAS DE IA.

Atualizado com a Lei nº 14.133/2021 e IN/SEGES nº 58/2022.

OBJETIVOS:

Capacitar os participantes para conduzir de forma eficaz o planejamento da contratação, com ênfase na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços, utilizando agentes de inteligência artificial para otimizar a precisão e eficiência dos processos, em conformidade com o diploma legal vigente e a jurisprudência do TCU.

Objetivos Específicos

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

? Compreender os requisitos e procedimentos para o planejamento de compras públicas;
? Usar a Inteligência Artificial para a execução da etapa de planejamento da contratação;
? Instruir processo licitatório com os documentos da etapa de planejamento de compras públicas;
? Conhecer os caminhos legais para a definição da melhor solução para a Administração.
? Elaborar prompts estruturados e revisar criticamente o conteúdo gerado por agentes de IA, observando suas limitações, a proteção de dados e a responsabilidade do servidor;
? Elaborar os tópicos do Estudo Técnico Preliminar conforme o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES nº 58/2022;
? Identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos da contratação, elaborando o Mapa de Riscos;
? Elaborar o Termo de Referência a partir das definições do ETP, incluindo modelos de execução e de gestão, critérios de medição e pagamento e critérios de seleção do fornecedor;
? Realizar a pesquisa de preços e aplicar métodos estatísticos para a definição do valor estimado da contratação.

APRESENTAÇÃO:

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Servidores que realizem as seguintes atividades:

a) Equipes de planejamento da contratação;
b) Agentes de Contratação;
c) Comissão de Contratação;
d) Pregoeiros;
e) Assessores jurídicos;
f) Gestão e fiscalização de contratos administrativos;
g) Autoridade competente;
h) Consultores

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

I – 1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E AO PLANEJAMENTO

? Licitação: conceito e obrigatoriedade (art. 37, XXI, da Constituição Federal) ? Por que planejar as contratações? O planejamento como princípio (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) ? Rompendo o “sempre foi assim”: o custo do processo licitatório (pregão eletrônico × dispensa) e a racionalização das contratações ? Perguntas-chave do planejamento – O que, por que, para que e para quem contratar – Quanto, quando e como contratar – Existem alternativas para atender à demanda? Há recursos suficientes? Quais as opções legais disponíveis? ? Fases do processo licitatório: fase preparatória e fase externa.

II – 2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

? Conceito de inteligência artificial ? Tipos de IA: IA tradicional (clássica), IA generativa e aprendizado de máquina (machine learning) ? Benefícios da IA: automação de tarefas rotineiras e apoio à tomada de decisão ? Ferramentas e agentes de IA disponíveis: uso sugerido, força principal e limitações de cada um ? Aplicações reais no setor público: robôs Sofia e Mônica, do TCU, e outras iniciativas ? A IA no serviço público – Ferramenta de produtividade: rascunhos de notas técnicas, despachos e relatórios; resumos de documentos extensos; quadros comparativos normativos – Ferramenta de análise: identificação de padrões, inconsistências e riscos; comparação de versões de documentos – Ferramenta de inovação: novos fluxos de trabalho, planejamento de compras e análise de risco ? Uso responsável e ético: decisões humanas, revisão crítica de todo conteúdo gerado, LGPD e Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial

III – 3. LIMITAÇÕES, PRECAUÇÕES E RESPONSABILIDADE NO USO DA IA

? Limitações das ferramentas: falta de juridicidade, atualização limitada de normas, ausência de acesso a sistemas internos, desconhecimento

do mercado e de regulamentos locais ? Vieses, alucinações e erros de contexto (ex.: citação de norma ou acórdão inexistente) ? Agentes de IA não são ferramentas de pesquisa: a necessidade de checar e validar as informações apresentadas ? Como revisar e adaptar o conteúdo gerado pela IA para garantir conformidade com os requisitos legais – Verificação em relação às leis aplicáveis – Direitos autorais e propriedade intelectual – Eliminação de vieses, discriminação e afirmações potencialmente problemáticas ? Sigilo e proteção de dados no uso da IA (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): o que nunca inserir em ferramentas públicas ? A responsabilidade final do servidor público: limites da IA na produção de documentos oficiais – Assistência da IA, não substituição – Responsabilidade legal e ética pelo conteúdo – Limites técnicos e regulatórios – Tomada de decisão e assinatura exclusivamente humanas

IV – 4. PROMPT DE COMANDO

? Conceito de prompt ? Tipos de prompts: de consulta, de conteúdo criativo, de tarefas específicas e interativo ? Importância de um prompt bem elaborado: precisão das respostas e economia de tempo ? Componentes de um prompt eficaz – Persona, contexto e tarefa específica – Detalhamento, formato ou estilo e referências ou base legal – Tom e linguagem, exemplos ou modelos e restrições ou limitações ? Exemplos práticos aplicados ao ETP e ao Termo de Referência ? Preciso ter medo da IA? O papel do servidor diante das novas ferramentas

V – 5. AGENTES PÚBLICOS NA CONTRATAÇÃO

? Designação dos agentes públicos pela autoridade máxima (art. 7º da Lei nº 14.133/2021) ? Gestão por competências: conhecimento, habilidade e atitude (CHA) ? Princípio da segregação de funções (art. 12 do Decreto nº 11.246/2022) ? Jurisprudência do TCU sobre responsabilização e segregação de funções

VI – 6. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL E FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

? Roteiro do planejamento da contratação: DFD ? ETP ? TR ? Plano de Contratações Anual: art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.947/2022 ? Integração entre planejamento estratégico, PCA, formalização da demanda e orçamento ? Documento de Formalização da Demanda (DFD): conteúdo e responsáveis ? Calendário do PCA: formalização das demandas, consolidação, aprovação, revisão e adequação à LOA ? Hipóteses de dispensa de registro no PCA ? Jurisprudência do TCU sobre planejamento das contratações

VII – 7. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (IN SEGES Nº 58/2022)

Fundamentos do ETP ? Fase preparatória e conceito de ETP (arts. 6º, XX, e 18 da Lei nº 14.133/2021) ? Precisávamos mesmo do ETP? Obras paralisadas (Acórdão nº 1.079/2019-TCU-Plenário) e casos reais de desperdício por falhas de planejamento ? Jurisprudência do TCU sobre a exigência de estudos prévios ? Elaboração conjunta pelas áreas técnica e requisitante; hipóteses em que o ETP é facultado ou dispensado (art. 14 da IN SEGES nº 58/2022) ? O caminho do planejamento: as oito etapas de decisão – necessidade, solução, tipo de objeto, modalidade ou contratação direta, critério de julgamento, forma de compra, continuidade do objeto e critério de escolha do fornecedor Necessidade e requisitos ? Descrição da necessidade: problema a resolver, usuários e impactos da não contratação; não confundir necessidade com solução; princípio da motivação ? Demonstração da previsão no PCA e alinhamento com outros instrumentos de planejamento (PDI, planejamento estratégico, PLS) ? Requisitos da contratação: funcionais, não funcionais, padrões de mercado e normativos; sustentabilidade, qualidade, capacitação e acessibilidade ? Requisitos da contratação × critérios de habilitação Levantamento de mercado e escolha da solução ? Onde pesquisar soluções: PNCP e portais de contratações, benchmarking, diálogo com o mercado, consulta ou audiência pública, estudos técnicos e feiras ? Quadro comparativo de soluções × requisitos e justificativa da escolha (Acórdão nº 2.339/2016-TCU-Plenário) ? Qual a melhor solução? Eficácia, eficiência, efetividade e custo-benefício ? Ciclo de vida do objeto (art. 11) e estudos de caso: modelos de ar-condicionado; locação × aquisição de veículos (art. 44) Descrição da solução ? Conceito de solução e descrição da solução como um todo ? Especificação de bens e serviços: nome do item, especificação técnica e complementar; deficiências frequentes e direcionamento ? Qualidade da solução – Padronização (art. 40) – Indicação e vedação de marca (art. 41) e jurisprudência – Amostra ou prova de conceito e carta de solidariedade – Vistoria (art. 63, § 2º) ? Remuneração variável (art. 144) e Instrumento de Medição de Resultados (IMR) ? Tipos de objeto: compras, serviços comuns e especiais, obras e serviços de engenharia ? Modalidades de licitação (pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo) e contratação direta (dispensa e inexigibilidade) ? Critérios de julgamento (arts. 33 e 34) e sua relação com a modalidade ? Forma de compra – Procedimentos auxiliares (art. 78) – Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 11.462/2023): licitação tradicional × SRP – SRP para contratação única: jurisprudência ? Natureza continuada do objeto e prazos de vigência contratual (arts. 105 a 107) ? Critério de escolha do fornecedor: participação exclusiva de ME/EPP (LC nº 123/2006, arts. 42 a 49), cooperativas (art. 16) e consórcios (art. 15) ? Contratações com dedicação exclusiva de mão de obra Quantidades, valor e parcelamento ? Estimativa das quantidades: expectativa de consumo (art. 40), memória de cálculo, quantitativos mínimos e jurisprudência ? Estimativa de valor no ETP: comparação simplificada entre as alternativas de solução — não se confunde com a pesquisa de preços (art. 23), realizada no TR ? Parcelamento formal e material (arts. 40 e 47): justificativa de parcelamento ou não ? Adjudicação por item ou por lote (Súmula TCU nº 247) e jurisprudência Demais elementos do ETP ? Demonstrativo dos resultados pretendidos ? Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato ? Contratações correlatas e/ou interdependentes ? Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras ? Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação ? Publicação do ETP junto ao edital: jurisprudência do TCU Uso de IA na elaboração do ETP ? Estruturar prompts com os nove componentes para cada tópico do ETP ? Atividades práticas com agentes de IA a partir de estudo de caso (solução de transporte de servidores e colaboradores) – Descrição da necessidade – Requisitos da contratação – Levantamento de mercado e comparação das soluções – Descrição da solução e formato da contratação – Parcelamento e vantajosidade econômica – Resultados pretendidos – Providências prévias à contratação – Contratações correlatas e interdependentes – Possíveis impactos ambientais ? Revisão crítica e adequação do conteúdo gerado ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES nº 58/2022.

VIII – 8. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS

? Conceito de risco: problema × risco, certeza × incerteza ? Gestão de riscos: COSO II e processo da ABNT NBR ISO 31000 (contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento) ? Base legal: arts. 11, parágrafo único, e 18, X, da Lei nº 14.133/2021; jurisprudência do TCU ? Identificação dos riscos: causa, evento de risco e consequência ? Análise dos riscos: probabilidade × impacto, escalas e matriz de riscos (Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU); nível de risco inerente ? Avaliação e priorização dos riscos; apetite a risco ? Tratamento dos riscos – Ações preventivas e de contingência – Nível de confiança dos controles, risco de controle e nível de risco residual – Respostas ao risco: aceitar, mitigar, compartilhar e evitar ? Monitoramento dos riscos Uso de IA na elaboração do Mapa de Riscos ? Identificação de causas, eventos e consequências com apoio de agentes de IA, nas etapas de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual ? Análise preliminar de probabilidade e impacto de cada risco ? Geração de sugestões de ações preventivas e de contingência ? Atividade prática: mapa de riscos da contratação de locação de veículos

IX – 9. TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Fundamentos e conteúdo ? Conceito e base legal (arts. 6º, XXIII, e 18 da Lei nº 14.133/2021; IN SEGES nº 81/2022); hipótese de dispensa do TR ? Conteúdo do TR e aproveitamento dos elementos do ETP (modelos de TR da AGU) ? Definição do objeto, fundamentação e descrição da necessidade ? Descrição da solução considerando o ciclo de vida do objeto e requisitos da contratação Execução, gestão e pagamento ? Garantia da contratação (arts. 96 a 102) – Modalidades, percentuais e seguro-garantia com cláusula de retomada – Garantia do objeto: legal e contratual ? Subcontratação (art. 122) ? Modelo de execução do objeto ? Infrações e sanções administrativas – Dosimetria das sanções – Multa moratória × multa compensatória – Modelos de TR e edital da AGU ? Modelo de gestão do contrato – Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto nº 9.507/2018 – Gestão e fiscalização técnica, administrativa e setorial – Designação do preposto (art. 118) e jurisprudência ? Critérios de medição e pagamento – Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Recebimento provisório e definitivo (art. 140) – Prazo e formas de pagamento; vedação ao pagamento antecipado e exceções (art. 145) Seleção do fornecedor e demais elementos ? Formas e critérios de seleção do fornecedor: habilitação (art. 62) – Habilitação jurídica – Habilitação fiscal, social e trabalhista; o CADIN é requisito de habilitação? – Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; regras sobre atestados (art. 67) e IN SEGES nº 05/2017 – Qualificação econômico-financeira: certidão de falência, balanço patrimonial, índices contábeis, capital ou patrimônio líquido mínimo e compromissos assumidos ? Adequação orçamentária ? Responsabilidade pela elaboração e aprovação do TR ou Projeto Básico; jurisprudência do TCU Uso de IA na elaboração do Termo de Referência ? Atividade prática: elaboração do Modelo de Execução do Objeto com apoio de agentes de IA (rotina de execução, materiais, cronograma e local de execução) ? Revisão das cláusulas geradas à luz da IN SEGES nº 81/2022 e dos modelos da AGU 10. Pesquisa de Preços e Estimativa do Valor da Contratação ? Base legal: arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021 ? Finalidades da pesquisa de preços na fase preparatória e na seleção do fornecedor ? Parâmetros de pesquisa: sistemas oficiais de governo, contratações similares, mídia especializada e sítios eletrônicos, pesquisa direta com fornecedores e notas fiscais eletrônicas ? Variáveis que influenciam os preços: especificações, quantidade, prazos, local de entrega, garantias, suporte e sazonalidade ? Metodologias para obtenção do preço estimado – Menor preço, média, mediana e média saneada – Desvio padrão e coeficiente de variação – Expurgo de valores inexequíveis e excessivamente elevados ? Orçamento sigiloso ? Jurisprudência do TCU sobre pesquisa de preços Uso de IA na Pesquisa de Preços ? Coleta e análise de dados de mercado com apoio de agentes de IA, com indicação e verificação das fontes ? Identificação de parâmetros e especificidades do item ? Definição da faixa de preço aceitável ? Análise das amostras (coeficiente de variação, valores discrepantes e economia de escala) e elaboração da nota técnica de análise

X – MÉTODOS DE ENSINO

? Exposição da legislação sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; ? Exposição da jurisprudência sobre a etapa de planejamento das compras públicas; ? Atividades de fixação dirigidas por meio de atividades assíncronas; ? Dirimir dúvidas relacionadas aos requisitos a serem avaliados no planejamento de compras públicas. ? Atividades práticas em sala com agentes de IA (“Vamos Praticar?”), a partir de estudo de caso, com elaboração progressiva dos tópicos do ETP, do Mapa de Riscos e do Termo de Referência; ? Análise de casos reais e de exemplos numéricos (ciclo de vida, locação × aquisição, metodologias de pesquisa de preços).

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Ricardo F. Brito Graduado em Administração pela Universidade Federal da Grande Dourados (2008), com MBA em Administração Pública e Gestão de Cidades (2012) pela Anhanguera-Uniderp e Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Servidor público federal da Universidade Federal da Grande Dourados desde 2010. Foi Chefe do Setor de Administração do Hospital Universitário da UFGD e Pró-Reitor de Administração da UFGD. Atualmente cedido ao Ministério da Economia para exercer a função de Coordenador-Geral da Serviços Compartilhados da Central de Compras. Professor em cursos de especialização em Gestão Pública Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Possui experiência na área de Gestão Pública, principalmente nos subtemas Logística na Administração Pública (licitações e contratos), Finanças Públicas, Transparência e Sistemas Estruturantes da Administração Pública (SIASG, ComprasGovBr e DWComprasnet).



Corpo Docente da One Cursos Instrutor e palestrante em nível nacional, com experiência no programa proposto.

MODALIDADE ONLINE E AO VIVO:

Online - 24 horas - Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h - 31/03/2027 a 02/04/2027

ESTE CURSO INCLUI:

- Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo
- 2 dias de Replay após a sua Realização
- 10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor
- Certificado de Conclusão
- Apostila Digital

VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R$ 2.980,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.940,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.900,00

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Deposito em Conta

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone 1: (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030
E-mail 1: inscricao@onecursos.com.br
E-mail 2: ionecursos@gmail.com
E-mail 3: inscricao@onecursos.com.br